

ATA Nº 03/2020 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e vinte, às treze horas e trinta e nove minutos, reuniram-se virtualmente via Skype e Zoom, os(as) seguintes **conselheiros(as)** do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Gévelyn Cassia Almeida (Titular/FMEBC); Kelly Adriane Rodrigues Mello Trenti (Suplente/Sec. de Educação); Eliana Faria (Titular/APAE); Dalmir Augusto da Silva (Titular/ADVIR); Guilherme Cattani (Suplente/OAB). **Contou-se com a presença de:** Eduardo Moraes de Souza Matzenbacher (Câmara de Vereadores); Gizelly Santos (ASBAC); Gilberto Moreira (ICED); Francielly Vianna (Casa dos Conselhos). **ITEM A. Abertura, aprovação da pauta.** A presidente Gévelyn inicia a reunião, ocorre a inversão da pauta, iniciando pelo **ITEM D. Projeto de Lei (PL) Ordinária Nº 196/2019 - Central de Libras.** A palavra é passada para Eduardo (Gabinete do Vereador Lucas Gotardo), o qual faz apresentação do PL, Altera e acrescenta dispositivos que especifica, da Lei Municipal nº 4.106, de 09 de março de 2018, e dá outras providências. Gévelyn diz que havia sido encaminhado um projeto do conselho ao Poder Executivo Municipal na gestão anterior e faz apresentação deste, que tem por título: Projeto CI CMDPD, sobre como deveria funcionar a Central. A presidente diz que dentro do que está sendo proposto no PL apresentado, há algumas falhas, principalmente com relação aos profissionais. Gévelyn diz que entrou em contato com Gizelly para auxiliar a comunidade surda no acesso à informação sobre a pandemia, a qual se colocou à disposição, mas a Prefeitura contratou uma profissional da Câmara de Vereadores e só há esta. A presidente pontua sobre a qualidade do serviço, diz ainda que Sarita teve afastamento médico e afirma que há um déficit muito grande, pois a Central não funcionou como era para ser. Gizelly faz uso da palavra e afirma que a comunidade surda não se sentiu contemplada por não ter sido consultada para opinar sobre o funcionamento da Central de Libras; havia ficado em dúvida sobre atendimento em ambientes públicos ou usufruir em ambientes privados e Eduardo esclarece sobre o atendimento da Central é para dentro da estrutura pública do município. Gizelly faz sugestão de atendimento por agendamento. Clever pontua que a comunidade surda está desassistida na pandemia e afirma que a Central não está funcionando. Gévelyn avisa que está transmitindo esta reunião no facebook. Clever pontua que o legislativo precisa dar importância sobre esse serviço e relata ter solicitado por mais de três vezes a volta da Central, questiona essa demora e enquanto representante da comunidade surda, diz estar preocupado. Eduardo fala das diversas organizações que atuam na coprodução dos serviços públicos no município e pontua a possibilidade de parceria com entidades que atuam com surdos, para entrega dos serviços, com o devido suporte financeiro. Clever questiona a demora da volta do atendimento. Eduardo diz que o funcionamento independe da alteração da lei; pontua que primeiro está sendo ouvido o conselho antes de ser votado. Clever diz que Gustavo enviou proposta pelo whatsapp ao gabinete do vereador, mas Eduardo verifica que houve recebimento de minuta de projeto. Gévelyn sugere que seja dedicado outro momento só com esta pauta para ouvir a comunidade surda. Clever questiona se intérprete da Central iria até a casa do surdo para levá-lo e Eduardo esclarece que o projeto prevê o deslocamento do profissional intérprete e não do surdo. Gévelyn sugere deslocamento do profissional intérprete, com prévio agendamento, se não for atendimento de emergência, que informe a demanda do surdo e otimize o serviço prestado. Dalmir sugere acrescentar texto ao projeto: agendamento “para atender todas as necessidades da pessoa com deficiência”. Clever acrescenta sobre o agendamento com antecedência para serviços de médico, advogado, entre outros e defende que haja intérprete de plantão para casos de emergência. Gévelyn esclarece que o projeto é para atender mps serviços públicos municipais. Dalmir ressalta que o serviço privado precisa ter pessoas capacitadas para atender as pessoas com deficiência;

pontua sobre ampliação da lei para setor público (executor) e privado (fomentador de capacitação). Gévelyn coloca a possibilidade de encaminhar ao Executivo Municipal proposta que obrigue o setor privado a oferecer serviço para pessoas com deficiência física, visual, intelectual e surda, sob pena se não cumprido, conforme Lei Brasileira de Inclusão - LBI. Eduardo afirma que seria preciso estudar a demanda e, assim precisaria de uma Central de Atendimento à Pessoas com Deficiência, que não é o caso do projeto apresentado, mas atuação recortada. Guilherme diz que o problema não está no respaldo legal, pois há a Lei Brasileira de Inclusão e o Código de Defesa do Consumidor, mas está na vontade, na atitude para mudança prática. A presidente sugere debate com a comunidade surda e em forma de tópicos e não apresentado o projeto de lei (este disponibilizado para prévia leitura). Gévelyn pede citação da Lei nº13.146/20185 e artigos da LBI no PL apresentado por Eduardo. A presidente cita a Lei nº3428/2012 e fala de impeditivo legal com relação a ter formação em Pedagogia e Letras para o Intérprete. Clever diz sobre utilizar modelos de Central de outras cidades (Brasília, São Paulo), ao que Gévelyn diz que foi encaminhado pelo CMDPD um projeto da Central ao Poder Executivo Municipal, já com modelo de São Paulo. Clever propõe parceria com a ASBAC para participar da banca avaliadora do intérprete na prova prática para Admissão em Contrato Temporário - ACT; fala ainda luta por intérprete por área, pois são usados vocabulários diferentes. A presidente apresenta **dois encaminhamentos**: 1) Pede aos assessores do vereador Lucas Gotardo (Guilherme e Eduardo), que entrem em contato com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara, para separar um momento de debate por plataforma virtual e 2) audiência pública com a comunidade surda para levantar as demandas e documento encaminhado também ao Ministério Público. Eduardo diz é possível propor emenda para adequação na legislação ou ampliar o debate, com conversa junto a Comissão da Câmara também. Gévelyn pergunta da possibilidade do serviço ser ofertado por meio de convênio com entidades que representam a pessoa surda no município ou de intérprete de Libras. Eduardo afirma que esse seria o cenário ideal, mas não é isso que o Executivo apresenta. Francielly (Casa dos Conselhos) manifesta sobre a importância de haver uma pauta com o Secretário de Administração para explicações referentes à discussão e **a presidente coloca como encaminhamento** de ofício à Secretaria citada, sobre a possibilidade de agenda virtual em função da pandemia, com os membros do conselho (montar uma comissão), para depois seguir com os encaminhamentos posteriores: audiência pública e solicitar protelamento do PL, a fim de que na próxima reunião do conselho sejam apresentadas as deliberações do CMDPD ao Poder Executivo Municipal. E ainda neste encaminhamento, que a ASBAC envie até o dia 16 de junho as propostas ao CMDPD. **Colocado em deliberação, o encaminhamento é aprovado.** A presidente já anuncia que **a próxima reunião deste conselho será em 25 de junho.** Gévelyn, enquanto pessoa física, avisa que irá fazer uma transmissão no seu perfil ou do conselho, sobre debate acerca do assunto, em horário a combinar. Dalmir sugere que seja levado em consideração os pontos registrados/sintetizados por Eduardo como sugestão do conselho, então Gévelyn coloca como mesmo prazo para este encaminhar ao e-mail bccasadosconselhos@gmail.com, do que levanta como hábil para aprovação. A palavra é passada à Gizelly, que diz concordar com a banca avaliadora; afirma que a Central de Intérprete é um bom projeto, mas é preciso atenção ao funcionamento desta; fala da possibilidade de ser ofertado curso básico nas unidades de saúde e aos demais profissionais da Prefeitura, por meio da Central. Gévelyn propõe **encaminhamento**: que até dia 16/06 os profissionais intérpretes de Libras enviem propostas ao CMDPD, considerando a apresentação de Eduardo e, **em deliberação, é aprovado. ITEM B. Aprovação das atas nº01 (20 de fevereiro) e nº02 (23 de abril).** As atas são aprovadas e será agendado um dia para os conselheiros irem até à Casa dos Conselhos assiná-las. **ITEM C. Documentos expedidos e recebidos. EXPEDIDOS: Of. nº01/2020,** à Secretaria de Saúde, com

cópia ao Conselho Municipal de Saúde, de 25 de maio, sobre a apresentação das demandas das entidades do CMDPD para o público com deficiência, em função da pandemia. Of. nº02/2020, à OAB, Subseção Balneário Camboriú, de 25 de maio, sobre perda de mandato dos representantes. Of. nº03/2020, à União das Associações de Moradores de Balneário Camboriú, de 25 de maio, sobre perda de mandato dos representantes e substituição da organização. Of. nº04/2020, à Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos, de 25 de maio, sobre perda de mandato dos representantes e substituição da organização. Of. nº05/2020, à Associação de Surdos de Balneário Camboriú, de 25 de maio, sobre perda de mandato e substituição da organização. **DISCUSSÃO:** A presidente informa que acrescentou uma sugestão no Of. nº01/2020, onde recomenda o uso de Caderno de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), no caso de não haver intérprete no local. Antes do prosseguimento dessa discussão, a presidente fala sobre inclusão no atendimento de gestantes no público de pessoas com deficiência. **ITEM E. Atualização assuntos pandemia. ITEM F. Substituição de entidades faltantes no CMDPD segundo Regimento Interno.** A respeito do Of. nº05/2020 encaminhado, a presidente diz que a ASBAC não pode ser punida, pois não havia intérprete durante as reuniões do CMDPD para os representantes poderem participar, sugere que a ASBAC faça sua justificativa de permanência e que isso seja deliberado na próxima reunião ordinária, o que é aceito sem discussão. Sobre as organizações AFADEFI e ASBAC, a presidente informa que, por não haver tido resposta dos ofícios, essas entidades já encontram-se em desligamento, conforme regimento interno; diz ainda que entrou em contato com a Associação de Pais e Amigos do Autista do Litoral Catarinense - AMA Litoral, que demonstrou interesse em compor o CMDPD. **Voltando à discussão dos ofícios expedidos**, Gévelyn comenta sobre o Of. nº01/2020 do conselho, onde contém também as seis faltas das representantes da Secretaria de Saúde no CMDPD; diz que em nenhum momento houve justificativa das ausências das representantes, até mesmo em função da pandemia. A presidente diz que esse mesmo ofício em discussão dentro da pauta das Correspondências Recebidas, foi apresentado em plenária de reunião do Conselho Municipal de Saúde - COMUS, na qual é conselheira representante de organização da sociedade civil e fala que, naquele momento apresentou o ofício na qualidade de presidente do CMDPD. Gévelyn diz que, enquanto lia o teor do ofício, ouvia risadas risos e em tom de deboche com as demandas por parte de representante da Secretaria de Saúde; diz ainda que a Secretaria afirmou que a imunização em casa, formas comunicacionais, estão atendendo o público com deficiência e Gévelyn afirma que isso não está ocorrendo e em nenhum momento o CMDPD foi consultado. A presidente diz que ninguém do COMUS quis se manifestar após sua explanação naquela plenária, fala que uma das conselheiras afirmou que não era de competência daquele conselho discutir essas demandas. Coloca como **encaminhamento** novo ofício ao COMUS, citando o que ocorreu na reunião e solicitando que as comissões do conselho escutem as demandas do CMDPD. Dalmir afirma que situação foi uma falta de respeito com o conselho. Gévelyn esclarece que estava participando das votações no COMUS enquanto representante do ICED, mas quando se posicionou no momento do ofício, foi enquanto presidente do CMDPD. A presidente fala que foi enviado um e-mail à Secretaria de Saúde, com cópia ao COMUS em 30 de março, mas ainda não houve resposta. Dalmir coloca a necessidade deste conselho realizar mais visitas, estar mais presente e realizar mais capacitação, o básico para comunicação inicial. Gévelyn e Dalmir registram para ofício ao COMUS que este conselho se coloca à disposição para contribuir com a comissão daquele em algumas sugestões; colocado em **deliberação** esse encaminhamento, é colocado em votação e **aprovado**. Kelly diz que entende a angústia e dá seu posicionamento, diz que aos poucos vai sendo conseguido mostrar a importância do trabalho, da luta. Kelly diz que as leis estão aí e são fantásticas e a questão é que as pessoas

tenham consciência que não precisaria de lei para que o direito fosse garantido; diz ainda que, enquanto Secretaria de Educação, as portas estão abertas para receber sugestões. Eliana diz que achou lamentável o que Gévelyn passou na reunião do COMUS; concorda com Kelly em estar junto com ela. Dalmir fala sobre os papéis que Gévelyn representa e enquanto presidente, diz da contribuição do conselho. Gilberto fala sobre as reivindicações que demoram para ser atendidas quando dependem do poder público e outras pessoas e que, cabe ao conselho e Gévelyn como presidente continuar as cobranças do conselho. Gilberto se coloca à disposição para contribuir. Gévelyn agradece a fala de todos e diz que depois irá solicitar cópia da ata para mostrar o que aconteceu e, como pessoa com deficiência, às vezes se sente invadido com um olhar de preconceito e vive isso no dia a dia e, não comecem a “puxar a corda” para que arrebe o preconceito de uma vez, que as “mãos” sejam dadas, não vão seguir em frente. Gévelyn diz sobre enviar à Articulação e citar essas coisas que vem acontecendo, nem que seja para documentar, bem como para registrar que se acontecer novamente, irão recorrer via Ministério Público. A presidente fala sobre o caminho que recebeu pelo secretário do CONEDE, sobre envio ao MP, caso não fossem atendidos. Gévelyn diz que uma representante no conselho de saúde disse que o ofício estava parecendo uma cobrança do MP, mas respondeu que essa é uma cobrança também de conselho. Dalmir sugere encaminhamento da cópia do ofício do CMDPD ao MP. Em resposta à Gévelyn, Francielly informa que Taísa Duwe é representante da Procuradoria deste Município neste conselho. Após discussão, é colocado em **deliberação** o encaminhamento do conteúdo do e-mail enviado anteriormente à Secretaria de Saúde e COMUS, para o Gabinete do Prefeito Municipal, com cópia à Secretaria de Articulação Governamental, é colocado em votação e **aprovado**. Após discussão, é colocado em **deliberação** o seguinte: tendo a resposta do Poder Executivo, um documento será formulado, sendo solicitado auxílio para tanto, de Taísa, com vistas dos representantes da OAB, para encaminhamento ao MP e em votação, é **aprovado**. A presidente sugere que, quando houver um assunto para discussão que envolva a comunidade surda, até mesmo pela questão da interpretação, seja pauta única. Dalmir considera que quando for assuntos como de hoje, não há necessidade. A presidente questiona para quando houver debate de projetos de lei e Dalmir entende que quando há debates assim, pode ser pauta única. **ITEM G. Assuntos Gerais.** Não há discussão. Sem mais a ser tratado, a presidente encerra a reunião às dezesseis horas e quarenta e sete minutos, e eu, Francielly Vianna, lavro a seguinte ata que, após lida e aprovada, será assinada pela presidente e demais conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinatura gerado em 25/09/2020 às 10:13:44 (GMT -3:00)

ATA_03_CMDPD_28_maio_2020_ordinaria.pdf

ID única do documento: #3a2cd4a7-e06a-4099-b487-756ac5f9b1a5

Hash do documento original (SHA256): e0c214d3d71227b2369ab03ff4f375c6af00bae9e9709735caaf4be6f81d70d2

Este Log é exclusivo ao documento número #3a2cd4a7-e06a-4099-b487-756ac5f9b1a5 e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

Assinaturas (6)

- ✓ Casa dos Conselhos (Participante)
Assinou em 25/09/2020 às 10:16:25 (GMT -3:00)
- ✓ Kelly Adriane Rodrigues Mello Trentin (Participante)
Assinou em 25/09/2020 às 10:23:51 (GMT -3:00)
- ✓ Guilherme Juk Cattani (Participante)
Assinou em 25/09/2020 às 10:33:40 (GMT -3:00)
- ✓ Eliana Faria (Participante)
Assinou em 25/09/2020 às 10:50:00 (GMT -3:00)
- ✓ Gévelyn Cássia Almeida (Participante)
Assinou em 25/09/2020 às 13:47:14 (GMT -3:00)
- ✓ Dalmir Augusto da Silva (Participante)
Assinou em 25/09/2020 às 12:24:38 (GMT -3:00)

Histórico completo

Data e hora	Evento
-------------	--------



Data e hora

Evento

25/09/2020 às 10:23:51
(GMT -3:00)

Kelly Adriane Rodrigues Mello Trentin E-mail
kelly.trentin@edu.bc.sc.gov.br, IP: 170.82.223.13 assinou.

25/09/2020 às 10:16:25
(GMT -3:00)

Casa dos Conselhos E-mail bccasadosconselhos@gmail.com, IP:
187.181.176.145 assinou.

25/09/2020 às 10:13:45
(GMT -3:00)

Casa dos Conselhos solicitou as assinaturas.

25/09/2020 às 10:33:40
(GMT -3:00)

 Guilherme Juk Cattani E-mail gui_cattani@hotmail.com, IP:
191.187.238.209 assinou.

25/09/2020 às 10:50:00
(GMT -3:00)

 Eliana Faria E-mail elianafaria66@hotmail.com, IP: 45.230.24.147
assinou.

25/09/2020 às 12:24:38
(GMT -3:00)

 Dalmir Augusto da Silva E-mail dalmir.augusto259@gmail.com, IP:
181.223.70.145 assinou.

25/09/2020 às 13:47:14
(GMT -3:00)

Gévelyn Cássia Almeida E-mail gevelyncassia@gmail.com, IP:
177.25.255.141 assinou.